



A inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD) nos cursos de Ensino a Distância (EAD)

10.56238/isevmjv3n4-014

Recebimento dos originais: 12/0/2024

Aceitação para publicação: 02/07/2024

Sônia Soares Santos

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University.

E-mail: soniasantos17614@student.mustedu.com

Altemar José dos Santos

Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University.

João Soares Santos

Doutor em Ciências da Educação pela Universidad Nacional de Rosário- ARG.

E-mail: joao.soares.2@hotmail.com

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência nos cursos de educação a distância (EAD) é um tema de crescente relevância na educação contemporânea, visto que, com o avanço das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), o EAD tem se consolidado como uma alternativa flexível e acessível, permitindo o acesso ao ensino superior e profissionalizante a um número cada vez maior de estudantes, incluindo aqueles com diferentes tipos de deficiência. Desse modo, o presente artigo deteve como objetivo geral a investigação de estratégias garantem a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) em cursos EAD, considerando os desafios advindos da conjuntura tecnológica. Foi utilizado a metodologia de pesquisa exploratória combinada com revisão bibliográfica de artigos acadêmicos publicados entre 2017 e 2024. Com base na discussão apresentada, estratégias foram identificadas para promover a inclusão de forma plena, sendo estas implementação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) acessíveis, considerando as diretrizes de acessibilidade digital, como o uso de tecnologias compatíveis com leitores de tela, opções de contraste e ampliação de fontes, capacitação dos docentes, assim como inserção de tecnologias assistivas específicas para cada tipo de deficiência.

Palavras-chave: Acessibilidade, Educação, Ensino a Distância, Inclusão, Pessoa com Deficiência.

1 INTRODUÇÃO

O mundo está em constante evolução e, com o avanço contínuo da tecnologia, os recursos de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) permeiam variados aspectos da vida humana. Diante desse contexto, têm-se que a tecnologia se estabeleceu não apenas como uma ferramenta, mas principalmente um facilitador de tarefas cotidianas, permitindo conexões instantâneas, acesso rápido à informação e soluções inovadoras na palma das mãos, independente do espaço.



Ao que cerne a conjuntura da educação, a tecnologia revolucionou a forma de ensino e aprendizagem, pois a modalidade de Educação a Distância (EAD) emergiu como uma alternativa dinâmica e acessível, proporcionando flexibilidade para estudantes.

Não obstante de todas as benesses propiciadas por esses adventos, a efetiva inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) no sistema de EAD apresentam desafios manifestos no que condiz a acessibilidade tecnológica, pedagógica e comunicacional, sendo imprescindível que as instituições de ensino implementem estratégias que não apenas integrem esse aluno, mas sim o incluam, primando pelo direito universal a educação, assim como também pela democracia digital.

A partir do contexto explicitado, surge como problema de pesquisa: quais estratégias podem garantir uma efetiva inclusão de pessoas com deficiência em cursos de EAD, considerando os desafios de acessibilidade tecnológica, pedagógica e comunicacional enfrentados por esses alunos?

Desse modo, a pesquisa possui como cerne comprovar a hipótese de que Estratégias específicas de adaptação tecnológica, desenvolvimento pedagógico inclusivo e melhoria na comunicação virtual podem promover uma inclusão efetiva de pessoas com deficiência em cursos EAD, primando pela democracia digital.

Com base no problema de pesquisa e na hipótese apresentada, o artigo possui como objetivo geral investigar estratégias que possam garantir a inclusão de alunos PCDs em cursos EAD, considerando os desafios advindos da conjuntura tecnológica. Assim, para satisfazer o objetivo geral, foram implementados objetivos específicos, sendo esses: a) caracterizar o sistema EAD; b) Distinguir integração de inclusão; c) apresentar estratégias de inclusão que detiveram sua eficácia comprovada.

A escolha do tema se justifica em face da sua relevância, uma vez que garantir o acesso igualitário à educação para todos os alunos, independentemente de suas singularidades, é um imperativo ético e legal. Desse modo, faz-se de suma importância a discussão do tema para que, com isso, possa enriquecer a literatura com estratégias de inclusão plena que tenham sido comprovadas.

O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa exploratória que integrou revisão bibliográfica de artigos acadêmicos publicados entre 2017 e 2024, além de abranger a literatura clássica. Adicionalmente, incluiu-se uma análise documental e legislativa para investigar a hipótese estabelecida e alcançar o objetivo geral proposto. Por fim, o método dedutivo foi empregado para examinar criticamente a fundamentação teórica coletada sobre o tema em questão.



2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD)

O progresso das tecnologias da informação provocou transformações profundas na sociedade contemporânea, desse modo, têm-se que tais mudanças se manifestaram em todos os aspectos da vida humana, dando origem a novas formas de organização social. Em uma interação simbiótica, surgem novas relações a partir das novas tecnologias que, por sua vez, são moldadas pelas interações sociais existentes. Assim, as tecnologias se integraram completamente ao cotidiano, alterando também o cenário educacional (Santos *et al.*, 2020).

De acordo com Silva (2017), o sistema EAD é conhecido desde o século XIX, contudo, foi apenas nas últimas décadas passou a ser reconhecida e desempenhar um papel significativo no cenário educacional global, considerando a necessidade de proporcionar formação profissional a milhões de pessoas que, por diversos motivos, incluindo limitações físicas, não podiam frequentar instituições educacionais presenciais.

Em registros de Saraiva (1996), esse descreve que, em 1833, a Suécia já possuía o ensino por correspondência, enquanto na Inglaterra, em 1840, foram estabelecidos os princípios da taquigrafia, a qual consiste em um sistema de escrita abreviada. Contudo, foi apenas após a Primeira Guerra Mundial, que emergiram, formalmente, inovações no sistema EAD, sendo essa em face ao aumento da demanda social por educação, impulsionada pelo avanço dos serviços postais, a melhoria dos meios de transporte e o desenvolvimento tecnológico na comunicação e informação.

Os registros de Saraiva (1996) dissertam acerca do pioneirismo do uso do EAD pelo Instituto Rádio Técnico Monitor, em 1939, assim como pelo Instituto Universal Brasileiro, em 1941, e o Instituto Padre Réus, em 1974. Para Silva (2017), o ensino EAD no Brasil pode ser categorizado por três gerações. A primeira, deteve como palco a década de 1960, a qual foi marcada pelo Movimento de Educação de Base (MEB), liderado pela Igreja Católica e apoiado pelo Governo Federal, esse que se utilizava de um sistema educativo por rádio para promover educação, conscientização, politização e sindicalismo.

Na década posterior, ora a segunda geração, em 1970, a Fundação Roberto Marinho iniciou um programa de educação supletiva a distância para ensino fundamental e médio, estimulando a formação de fundações privadas e organizações não-governamentais que passaram a oferecer cursos supletivos via satélite complementados por material impresso, marcando o surgimento da segunda geração da EAD do Brasil (Saraiva, 1996).



Por fim, a terceira geração foi em 1994, época essa em que houve a expansão da internet no ambiente universitário e, dois anos depois, foi estabelecida a primeira legislação específica para EAD no ensino superior (Silva, 2017).

Extraí-se da literatura que a modalidade EAD pode ser conceituada como um método educacional, no qual o aluno de um ambiente de aprendizagem que utiliza recursos educativos inovadores, sem a necessidade de interação presencial para compartilhar conhecimentos (Gubert; Mueller, 2018). Para o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, o qual regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o sistema EAD é:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Ao verificar quantitativos de matrículas no Brasil, o Censo da Educação Superior, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), identificou que enquanto o ensino presencial sofreu com redução, a modalidade EAD cresceu 17,6% entre 2016 e 2017.

Corroborando esse dado, o Mapa do Ensino Superior (2020), publicou que a supramencionada modalidade, em rede privada, teve um aumento de 91,7% entre 2014 e 2018. Desse modo, considerando todas as matrículas, incluindo instituições públicas, o crescimento no período de 2009 a 2018 foi de 145%.

2.1 DEMOCRACIA DIGITAL

Com a ascensão do ciberespaço e popularização dos instrumentos que oportunizem o acesso a esse, fez-se necessário ampliar o entendimento sobre o exercício pleno da cidadania, ora essa que está intrinsecamente ligada a concepção de democracia digital, visto que se faz necessária uma imersão abrangente nos diversos campos do conhecimento para a formação integral do cidadão (Vieira; Leal, 2020). Desse modo, têm-se que as políticas públicas são essenciais não apenas para promover a democratização, mas também para garantir uma universalização definitiva e de qualidade (Silva, 2017).

Nesse ínterim, pode-se entender como democracia digital como a forma de utilização de dispositivos e ferramentas de tecnologias digitais de comunicação para complementar, reforçar ou



corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, visando melhorar o teor democrático da comunidade política (Gomes; Souza, 2020).

Decerto é que diante de uma sociedade submersa em tecnologia, faz-se necessário o letramento digital, pois assim é possível atingir a universalização dos direitos e, de modo corolário, o exercício pleno da cidadania.

2.2 INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Os debates sobre a presença efetiva de PCD na educação ganharam força e destaque a partir da Promulgação da Declaração de Salamanca (1994), a qual passou a considerar a educação como um fator essencial para o processo de inclusão (Brasil, 1994).

No contexto brasileiro, de acordo com Mendes e Reis (2021), o debate foi introduzido apenas em 1996, ano este em que foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), através da Lei nº 9.394/1996. A referida legislação destacou a necessidade de adaptar e adequar as escolas brasileiras, bem como as metodologias e materiais didáticos utilizados, com o objetivo de atender satisfatoriamente a todos os estudantes, sem preterição, satisfazendo, com isso, os princípios constitucionais da universalidade e isonomia (Brasil, 1988).

Ocorre que, incomum não é as instituições de ensino interpretarem o conceito de inclusão de modo equivocado, sem que haja a primazia sobre a adaptação estrutural necessária para garantir assistência legítima a todos os alunos, sem que haja exceções (Trevisan, 2019).

De acordo com Tavares *et al.*, (2022), o conceito de “inclusão” pode ser confundido com a “integração”, sendo imperativo conhecer a distinção entre estes. A integração refere-se ao processo de inserir alunos PCD no ambiente escolar regular sem que, de fato, haja adaptações imprescindíveis para atender plenamente às suas necessidades. A inclusão, por sua vez, consiste na adaptação material do ambiente escolar para garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam participar plenamente e de maneira equitativa.

2.3 TECNOLOGIAS E ESTRATÉGIAS PARA AUMENTAR A ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Na contemporaneidade, a modalidade EAD se utiliza de TDIC para promover aulas síncronas e assíncronas, dispondo de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) para promover o seu cerne (Pereira *et al.*, 2007). Desse modo, têm-se que os AVAs são equipados com recursos com a função de mediar a interação entre educadores e estudantes durante os encontros remotos,

contudo, pode-se extrair que estes possuem limitações no que tange à acessibilidade para todos os alunos (Tavares *et al.*, 2022).

Dentro desse contexto, atenta-se uma limitação sobre a condição socioeducacional (CS), sendo essa impactada pela ausência de acessibilidade decorrentes do distanciamento social na educação, a qual pode ser promovida pela falta de preparo de muitos professores em relação ao trabalho inclusivo (Silva, 2017).

A “acessibilidade” é compreendida a partir da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI), sendo conceituada como a possibilidade e condição de alcance, percepção, entendimento e utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, incluindo seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, tanto na zona urbana quanto rural, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

De acordo com Silva *et al.* (2021), a acessibilidade é, de fato, plena quando satisfaz seis dimensões, sendo essas: comunicacional, arquitetônica, instrumental, atitudinal, programática e metodológica.

É imprescindível a satisfação de tais dimensões para que o ensino promova um processo inclusivo efetivo de ensino, estando alinhado com o preceito do art. 4º da LBI, ora o qual estabelece a educação como um direito constitucional universal, justifica-se a necessidade de ações escolares inclusivas em todas as modalidades de ensino, especialmente no Ensino Regular Especializado (ERE), que atendam aos alunos com suas particularidades, sem exceção.

Ao verificar o caso concreto do surdo, Strobel (2008) disserta acerca uso dos chamados ‘Artefatos Culturais’ que compõem a comunidade, sendo esses divididos em três categorias. A primeira, concerne a experiência visual, podendo ser caracterizado como o método pelo qual o público adquire conhecimento, desenvolvimento e lazer, além de ser um meio imprescindível para garantir a comunicação.

O segundo artefato, refere-se ao aspecto linguístico, especialmente à Língua de Sinais, que abre acesso à informação e ao conhecimento, sendo fundamental na vida desses indivíduos, permitindo-lhes expressar desejos, questionamentos sobre a vida e se comunicar com outras pessoas, superando barreiras atitudinais estabelecidas. Por fim, o terceiro artefato é a literatura surda, essa que permite a inclusão de ouvintes no universo da CS (Strobel, 2008).

Sob esse contexto, Tavares *et al.* (2022) desenvolveu um estudo de uso de um software que promove a visualização do Tradutor Intérprete da Língua de Sinais pelo aluno surdo nas aulas online, aplicando a ferramenta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



(IFPB) – Campus João Pessoa. Como resultado, o recurso se demonstrou minimizador da sobrecarga de informação visual, viabilizando a exibição simultânea da Língua de Sinais (TILS) junto ao material de aula apresentado, logrando com efetividade na inclusão do aluno.

Para o caso do EAD para a pessoa cega, o estudo de Aguilar e Pasian (2020) deteve como ímpeto realizar um estudo acerca das estratégias efetivas do EAD com acessibilidade. A partir da pesquisa, foi evidenciado que as Tecnologias assistivas são as estratégias de maior efetividade da inclusão, uma vez que essas consistem em dispositivos, equipamentos, sistemas e serviços especialmente desenvolvidos para proporcionar maior independência, autonomia e qualidade de vida a pessoas com deficiência.

Com isso, têm-se que tais recursos como leitores de tela para pessoas cegas ou com baixa visão, sistemas de comunicação aumentativa e alternativa (como pranchas de comunicação), são de suma importância para que o aluno participe de forma plena das atividades em ambiente de EAD.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído o presente estudo, infere-se que os objetivos propostos foram atendidos, visto que se comprovou que, para alcançar a efetividade da modalidade do sistema EAD para alunos PCDs, faz-se necessária a implementação de estratégias comprovadamente eficazes em atender a plena inclusão.

Nesse ínterim, identificou-se como estratégias que primam pela democracia digital do supramencionado público a inserção de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) acessíveis, uma vez que essa possibilita a adaptação de recursos como leitores de tela, opções de contraste e ampliação de fontes. Ademais, também foi suscitada a ampla importância da capacitação docentes e a inserção de tecnologias assistivas específicas para cada tipo de deficiência, propiciando a participação plena dos alunos nas atividades educacionais online.



REFERÊNCIAS

- Aguiar, W. O. D., & Pasian, M. (2020). Acessibilidade sensorial para o acesso à educação superior pública pelas pessoas com deficiência: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos no âmbito da Capes e UAB. In Congresso Internacional de Educação e Tecnologia. Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2020.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Recuperado de <www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em 18 de julho de 2024.
- Brasil. (1994). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde.
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Brasil. (2018). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). PNAD Contínua TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, 2018.
- Brasil. (2020). Todos Pela Educação. Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19. Nota Técnica.
- Brasil. Ministério da Educação. (2008). Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF.
- Gomes, E. M. L. S., & Souza, F. F. (2020). Pedagogia visual na educação de surdos: análise dos recursos visuais inseridos em um LDA. *Revista Docência e Cibercultura*, 4(1), 99-120.
- Gubert, A. L., & Mueller, F. (2020). Letramento Digital: desafios nos cursos de Educação a Distância-EAD. *Revista Multitexto*, 8(1), 30-37.
- Machado, D. P., & Moraes, M. G. de S. (2015). Educação a Distância: Fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem. 1. ed. São Paulo: Érica.
- Marques, J. D. (2020). Educação a distância no contexto da pandemia do COVID-19: uma alternativa democrática ou segregadora? *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, 428-441.
- Pereira, A. T. C., Schmitt, V., & Dias, M. R. A. C. (2007). Ambientes virtuais de aprendizagem. In *AVA - Ambientes Virtuais de Aprendizagem em Diferentes Contextos*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda.
- Saraiva, T. (1996). Educação à distância no Brasil: lições da História. Brasília. Recuperado de <http://www.rbep.inep.gov.br>. Acesso em 18 de julho de 2024.
- Silva, I. R., Freitas, T. N., de Araújo, N. F. M., da Silva Sousa, D. L., de Araújo Júnior, M. A., Medeiros, A. M., & Silva, R. S. (2021). Acessibilidade digital em tempos de ensino remoto. *Research, Society and Development*, 10(4), e60010414966-e60010414966.
- Silva, M. M. (2017). O processo de inclusão nos cursos de EAD. *Revista Includere*, 3(1).



Strobel, K. (2008). *As Imagens do outro sobre a cultura surda*. Ed. da UFSC.

Tavares, M. J. F., Ferraz, J. M. S., de Souza, N. S., de Figueirêdo, A. M. T. A., & da Silva Júnior, C. A. (2022). Educação inclusiva no ensino remoto emergencial. *Research, Society and Development*, 11(2), e15911225521-e15911225521.

Trevisan, S. F. (2019). ENEM em libras e a avaliação na educação básica pelo olhar dos surdos. Trabalho de Conclusão de Curso, UFSCAR. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12897>. Acesso em 18 de julho de 2024.